



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**DO BÁU DA MEMÓRIA, ATRAVESSANDO FRONTEIRAS:
A CONDIÇÃO GEOGRÁFICA PARA PENSAR AS INFÂNCIAS**

BÁRBARA DE ARAÚJO VITORINO

RIO DE JANEIRO

DEZEMBRO

2013

**DO BÁU DA MEMÓRIA, ATRAVESSANDO FRONTEIRAS:
A CONDIÇÃO GEOGRÁFICA PARA PENSAR AS INFÂNCIAS**

BÁRBARA DE ARAÚJO VITORINO

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Marcio da Costa Berbat (Orientador)
Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro - UNIRIO

Rio de Janeiro
Dezembro
2013

**DO BÁU DA MEMÓRIA, ATRAVESSANDO FRONTEIRAS:
A CONDIÇÃO GEOGRÁFICA PARA PENSAR AS INFÂNCIAS**

BÁRBARA DE ARAÚJO VITORINO

Avaliada por:

Data: ____/____/____

Anelize Pires Reynozo da Silva

Escola de Educação - LIPEAD

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Quando o mundo diz: Desista.
A esperança sussurra: Tente uma vez mais.

Autor desconhecido.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as crianças que mesmo sem imaginar são a nossa esperança de um mundo melhor. Ao mesmo tempo, dedico também a todos que direta ou indiretamente estão envolvidos com a educação e lutando por uma educação transformadora e igualitária para todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir que toda esta caminhada ao longo do curso fosse realizada com sucesso apesar de todas as dificuldades que surgiram ao longo do caminho e proporcionar que esteja vivenciando agora este momento único que é de encerrar este ciclo e já seguir pensando no próximo que já está batendo a minha porta.

Agradeço à minha querida mãe Nádia por todos, todos os momentos que passamos juntas. Momentos de muito companheirismo, de sorrisos e tristezas que estávamos sempre unidas dando força uma à outra. Sem dúvida minha melhor amiga. Simplesmente indescritível e em poucas palavras só posso dizer: Muito obrigada por você existir na minha vida e ser absolutamente tudo para mim!

Agradeço ao meu querido pai Luiz Carlos por todos os momentos vividos ao longo desta caminhada e que sabia que estava também torcendo e ajudando para que tudo desse certo!

Agradeço à minha querida irmã Cinthya, pelas consultas frequentes em meus trabalhos e pela paciência (apesar das reclamações) em ajudar sempre que precisava!

Agradeço ao meu querido noivo Paulo Victor, pelo companheirismo de todos os dias, por aturar as crises de desespero, os choros repentinos e por se fazer sempre presente para compartilhar dos momentos de alegria, como esse que estamos vivenciando agora. A todos vocês que amo demais: Muito obrigada!!!!

Não poderia deixar de citar meu agradecimento ao professor e amigo Marcio da Costa Berbat pela acolhida, atenção e paciência ao longo do curso, em especial nessa etapa final de conclusão do trabalho monográfico. Deixo o meu sincero: Muito obrigada!

À professora Anelize Pires Reynozo da Silva, por ter aceitado generosamente ler e avaliar este trabalho.

A todos os amigos que compreenderam minhas ausências e ao mesmo tempo estiveram sempre presentes: Obrigada!

BÁRBARA DE ARAÚJO VITORINO. **DO BÁU DA MEMÓRIA, ATRAVESSANDO FRONTEIRAS: A CONDIÇÃO GEOGRÁFICA PARA PENSAR AS INFÂNCIAS.** Brasil, 2013, 33 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo pensar a criança na educação infantil, a geografia da infância como fenômeno social, como experiência de uma trajetória histórica e cultural de formação humana. Para tal, o esse trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro discorre sobre a subjetividade da construção da experiência do viver a infância e trabalhar com a lembrança no processo de reinventar o objeto de investigação, a partir da própria relação com o lugar de vida. Neste caso, usamos a perspectiva de narrativas para dialogar com o leitor, procurando evidenciar as espacialidades no contexto da memória social. No segundo capítulo, integramos as diretrizes curriculares nacionais da educação infantil, a lei de diretrizes e bases da educação nacional e o estatuto da criança e adolescente, no propósito de compreender as influências da legislação sobre as subjetividades da experiência na infância. No terceiro capítulo, converso com diferentes autores (Jader Lopes, Corsaro, etc), para entender a organização do espaço na/pela criança. No quarto capítulo, trazemos algumas referências para entender as rotinas, como Barbosa, etc, para relacionar com o objeto de pesquisa. Nas considerações finais, penso e questiono sobre a importância da educação no processo de formação de nossas crianças, atrelado a possibilidade de uma futura professora intervir nas mudanças que tanto precisamos para a escola básica em nosso país.

Palavras-chave: Infância; Geografia; Criança.

INDICE DE SIGLAS

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Resumo	07
Introdução	10
Capítulo 1: Reescrevendo a Concepção de Infância Experimentada	
1.1: Infância de Bárbara: Construção de subjetividade e formação de um indivíduo singular	12
Capítulo 2: Analisando os Direitos e Deveres da Criança previstos em Lei para com a realidade	
1.1: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as Diretrizes e curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI): Os direitos e deveres da criança	18
1.2: A subjetividade das crianças e suas experiências	20
Capítulo 3: Adaptação da Criança ao Espaço Novo e as Relações Estabelecidas nele	
3.1: A Inserção da Criança na Creche	22
3.2: O Acolhimento da Instituição e da Família	23
3.3: Os Espaços da Criança na Creche	25
Capítulo 4: A Autonomia da Criança no Espaço Creche	
4.1: A rotina da criança na creche	27
4.2: O falso espaço da criança no ambiente escolar	28
4.3: A Organização do Espaço	29
Considerações Finais	31
Referências Bibliográficas	32

INTRODUÇÃO

Depois de uma longa caminhada, me deparei no início do ano de 2013 com a chegada do término do meu curso de licenciatura em pedagogia. E como todos sabem, ao final, é preciso escrever um trabalho monográfico de tema livre. Sabia desde o início do curso que estava cursando licenciatura em pedagogia, pois sinto uma enorme afinidade com crianças e com a educação infantil como um todo. Por isso, meu trabalho não poderia deixar de falar sobre nossas crianças que são sem sombras de dúvidas nossa esperança de um mundo melhor.

Trabalhar com este tema, especificamente, foi decidido por ter vivido por algumas semanas num espaço de educação infantil que me fez perceber o quanto é importante para a formação do sujeito que a criança sinta que aquele espaço estranho/novo que está sendo inserida é realmente seu e que se sinta livre para explorar todo aquele lugar e poder construir seus conhecimentos, tanto individual quanto coletivamente.

Dessa forma, este trabalho de pesquisa bibliográfica almeja pensar e problematizar o seguinte ponto: Numa sociedade capitalista onde o interesse da classe hegemônica limita-se na formação de cidadãos passivos e subservientes a ela, qual o papel da escola em conjunto com a família para propor uma educação diferenciada e qualificada para sua criança? Como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) se coloca frente à educação? Quais os direitos e deveres da escola e da família nesse processo? Como são desenvolvidas as intencionalidades espaciais das crianças na educação infantil? O que pensam os estudiosos do assunto?

Pensar numa educação diferenciada não basta simplesmente buscar por em prática o que diz a lei. É preciso vivenciar a prática na educação infantil, perceber e se sensibilizar com cada aluno que ali está, para daí ser capaz de estabelecer a real necessidade de cada criança.

Pensando geograficamente, veremos ao longo deste trabalho que o espaço físico no qual é reservado à criança no período da educação infantil pode e deve favorecer, e muito, esse momento de adaptação. Veremos que, conforme defendido por Marc Augé, os chamados “espaços de passagem” não podem ser considerados como destinados à criança e em paralelo, Tiriba (2010) reforça que o espaço destinado à criança deve respeitar as vontades do seu corpo e permitir que ela tenha contato direto com a

natureza percebendo, individualmente como cada pedaço daquele espaço pode ser aproveitado, ajudando a estabelecer gradativamente sua subjetividade que tende a marcar sua personalidade para todo sempre.

Então, mãos à obra e vamos tentar conhecer mais um pouquinho o motivo da importância desse processo na vida da criança, e da sua família e conseqüentemente da sociedade em que vive, buscando apresentar os ideais defendidos pelos estudiosos do assunto, como: Jader Lopes, Tania Vasconcelos, Léa Tiriba, Maria Carmem Barbosa, Paulo Freire, Patrícia Corsino, entre outros.

CAPÍTULO 1

REESCREVENDO A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA EXPERIMENTADA

1.1: INFÂNCIA DE BÁRBARA: CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E FORMAÇÃO DE UM INDIVÍDUO SINGULAR

Este trabalho irá propor a análise de questões acerca do verdadeiro espaço que a criança possui dentro das instituições escolares, dos falsos espaços dedicados a elas indevidamente pelas escolas, assim como a autonomia das crianças nesse novo espaço e se esta realmente existe de forma a possibilitar ao educando que eles próprios se façam sujeitos de sua autonomia e não apenas sejam mais um mero “boneco de pano” para nossa sociedade capitalista que tem um único anseio: que as escolas transformem os seus alunos em serem não pensantes alienados e completamente subservientes ao interesse da classe hegemônica.

Dentre os mais diferentes objetos de estudo que poderia selecionar para escrever meu trabalho de conclusão da graduação em licenciatura em Pedagogia, após ter passado cerca de cinco anos pensando em como seria esse trabalho, no último semestre tive a certeza do que gostaria de pesquisar: O espaço da criança na creche, suas realidades, suas emoções, suas relações, suas liberdades e capacidade de possibilitar a criança “Me tornar eu”. Uso esse termo, pois entendo que quando falamos que a criança deve ser *sujeito de sua própria história* o termo destacado em itálico pode ser traduzido em outras palavras como possibilitar que a criança tenha liberdade suficiente para se conhecer, se transformar e criar sua singular concepção de viver a vida, tornando-se um cidadão único nesse universo.

Como explicitado no parágrafo acima, essa decisão não surgiu repentinamente, pelo contrário, levei alguns bons anos para definir esse assunto. Então, você leitor pode estar se perguntando: Mas, qual motivo poderia ter levado Bárbara a escolher justamente esse tema, ainda tão pouco explorado na área da educação. Eis a resposta: Em meu penúltimo semestre no curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) tive de fazer entre outros, o estágio curricular supervisionado em educação infantil. Ao me deparar com esta necessidade como pré-requisito para concluir minha formação de educadora teve inicialmente um grande estranhamento de como deveria agir nesta nova etapa. E fui.

Sem nunca ter sequer pisado numa sala de aula como “não aluna”, segui para a escola para meu primeiro dia de estágio a ser realizado numa sala de aula com crianças de apenas dois anos de idade. Ao entrar na sala fiquei completamente atônita, literalmente sem saber como agir, já que meu trabalho atual requer apenas que eu administre uma máquina robótica com cálculos constantes e conversas com outras “máquinas pouco pensantes” (refiro-me aos demais funcionários da empresa que ali estão como eu, para manusear uma máquina chamada computador e exercer um trabalho completamente mecânico, onde desenvolver-se cognitivamente torna-se quase impossível tendo em vista que se trata de uma função limitada que exige um resultado qualitativo e quantitativo principalmente, contudo não exige muito do intelecto daqueles que o executam).

Bem, ao entrar nessa sala de aula, me deparei com cerca de trinta crianças, todas na mesma faixa etária e que estavam enlouquecidas para explorar todo aquele novo espaço. Esse foi um momento crítico, tive que pensar rapidamente em como deveria agir naquele momento já que, literalmente não estava habituada com toda aquela autonomia que se fazia presente e a professora que me recebera estava com sua atenção voltada exclusivamente para os seus pequenos. Naquela situação pensei rápido: Bom o que crianças gostam / da arte do fazer? Brincar! Então, soltei tudo o que tinha nas mãos e comecei a brincar com as crianças. Elas, por sua vez, bastante receptivas e repletas de vontade de gastar todas as suas energias naquele espaço, não pouparam tempo na hora de responder muito positivamente aos estímulos propostos.

Vivi apenas cerca de três semanas nesse lugar que me deixou ainda mais fascinada com a educação infantil e ainda mais apaixonada pelas crianças. E nesse pouco tempo, pude perceber a intensidade com que as crianças se entregam verdadeiramente para aquele novo espaço, mesmo com todo o estranhamento inicial com o novo e estão completamente abertas para novas descobertas coletivas e relações com o Outro. Esse foi o motivo final para minha decisão na escolha.

Gostaria de, partindo desta pequena experiência, investigar o que seria a infância para cada criança, como elas poderiam ser as próprias autoras de suas histórias, qual seria o papel da família e da escola nesse momento e como este espaço deve ser pensado e realizado para se tornar um ambiente convidativo para a criança nessa fase de iniciação da vida estudantil.

Apesar de ainda não atuar na área da educação tenho um grande interesse em seguir exercendo a profissão de educadora, pois acredito que não existe nada mais

gratificante do que poder vivenciar e participar ativamente da educação e do crescimento de um pequeno ser humano ainda tão ingênuo e sincero que são as crianças e ainda poder trocar experiências e conhecimentos que levarei comigo para o resto da vida.

E partindo desse fator motivacional, entendo ser essencial enquanto (futuros) profissionais da educação, pensarmos em cada criança na sua subjetividade, na sua cultura, na sua crença, em todos os seus hábitos e costumes que tornem daquela determinada criança, aquele *eu* singular que nos deparamos em sala de aula, através das faces de cada criança.

E para pensar nessa tão falada unidade, gostaria agora de retornar a minha infância que foi vivida exclusivamente por mim, porém com a intervenção de outros, e que me ajudou a compor a pessoa que hoje sou: Bárbara, 23 anos de idade, trabalhadora e estudante de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Encontrando apoio nos pressupostos de VOLDMAN (2006) que defende:

A história de vida se constitui uma das técnicas que se inserem na perspectiva das metodologias que tomam o discurso oral como fonte. O termo fonte oral é compreendido aqui como um material recolhido (e gravado) por um pesquisador, através de depoimentos orais, para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informação que lhe pareça necessárias possuir (VOLDMAN, 2006, p.92).

De acordo com Tedeschi (2013, p. 09), a narrativa também se vale das recordações, do ato de contar, de contar não necessariamente com as palavras, mas com as diversas linguagens, em vários modos. É bastante intrigante essa passagem entre a lembrança de um evento ou situação e depois, com o tempo, o ato de lhe dar nova forma.

E na minha concepção, nada melhor do que compreender a própria condição geográfica para então estabelecer relações com aquilo que acontece nos dias atuais, ainda que no mesmo espaço, este certamente estará repleto de mudanças. E ainda, Marcondes (2010) no qual fortalece essa ideia afirmando que as contribuições orais tendem ser extremamente ricas visto que não serão contadas somente as experiências pessoais, mas sim dentro um contexto onde e em que momento histórico estas foram vividas.

Era ano de 1994, meu primeiro ano na escola. Assim como toda família, todos os dias da semana tinham aquela mesma rotina: Dormir bem cedo para no dia seguinte

acordar e seguir para a escola. Meu primo morava bem perto, por isso íamos sempre para a escola acompanhada pelos meus pais ou pelos pais dele, alternadamente. Por serem pessoas diferentes responsáveis por nos levar e nos buscar da escola, percorríamos caminhos distintos. Morávamos no alto da comunidade da Mangueira, era um chão de terra, que quando chovia o caminho se tornava bem mais difícil, muito liso e escorregadio.

Quase no final desta ladeira havia uma fábrica de produção azeitonas onde trabalhava o pai de uma prima nossa. Sempre parávamos lá para gritar o seu nome apenas para dizer que estávamos passando para ir ou voltar da escola. Terminando a descida da ladeira, seguíamos uma reta com diversas brincadeiras como não pisar nas linhas do chão, estátua, mímicas, entre outros. Chegávamos à quadra da Mangueira e era chegada a hora atravessar a rua. Momento mais uma brincadeira: olhar as placas dos carros para encontrar números sequenciais e usar toda a imaginação matemática que possuíamos. Usando a definição de Lopes (2013, p. 284), podemos dizer com a trajetória em relato, que são “situações que marcaram diferentes caminhos trilhados pela Geografia da Infância”.

Após, atravessarmos a rua em direção a uma passarela onde trens circulavam em baixo dela. Torcíamos para que algum passasse apenas para ficarmos “em cima” dos trens. Até que um dia, um adulto nos falou que a criança que passasse em cima dos trens repetiria o ano na escola. A partir de então ocorria o inverso, esperávamos o trem atravessar a ponte para então seguirmos o caminho. Dai, beirávamos a estação escutando som dos trens, brincando e cantando músicas infantis.

A escola se aproximava e chegava a hora de nos despedirmos de nossos pais e começar uma nova etapa do dia. Chegando à escola cada um de nós acabávamos nos dispersando, pois tínhamos nossos grupos de amigos e distintas preferências de exploração naquele novo espaço chamado: escola. Essa diferença não fez com que ele ou eu nos tornássemos pessoas melhores. Pelo contrário, fortalece a ideia da importância do respeito e liberdade do espaço do Outro para compormos uma sociedade progressista e igualitária.

O CAMINHO À ESCOLA: DIFERENTES OLHARES

O percurso descrito acima, percorrido por nós até a chegada à escola era o mesmo e é possível afirmar que este existe até os dias de hoje. No entanto, este caminho

foi traçado diariamente por pessoas diferentes, que estavam juntas, porém diferentes. Esse fato é o ponto inicial para começarmos a pensar na questão do sujeito como autor de sua própria história. Tanto eu quanto meu primo realizávamos exatamente o mesmo trajeto geográfico, porém cada um de nós na sua subjetividade víamos e criávamos características extremamente pessoais para cada pedaço daquele espaço, propondo as mais diversas formas de utilização para um mesmo espaço e conseqüentemente estabelecendo importantes momentos de troca e respeito para com o Outro.

Exatamente o que podemos encontrar nas escolas. Uma enorme diversidade de pessoas que ali se encontram e permanecem por um longo tempo de suas vidas num espaço em comum e dentro dele tendem a estabelecer diversas interações com o Outro que auxiliarão na formação singular de cada um ali presente.

De acordo com os pressupostos de Lopes e Vasconcellos (2006): “Não podemos falar da existência de uma única cultura própria das crianças, mas sim de culturas infantis, caracterizando desse modo a pluralidade que lhes é inerente.” podemos assim definir essa relação como respeito para com as diferentes territorialidades infantis que seria justamente esses diversos olhares para com o mesmo espaço. Ou seja, apesar das crianças nascerem e crescerem no mesmo ambiente físico não significa que elas terão os mesmos olhares e entendimentos sobre tudo, mesmo vivendo no mesmo espaço-tempo.

De acordo com Muller e Carvalho (2013, p. 20), o conceito de cultura de pares formulado por Willian Arnold Corsaro, definido como o conjunto estável de atividades ou rotinas, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na interação com pares, pode nos ajudar a entender a formação de diferentes territorialidades pelas crianças nos diversos espaços, como por exemplo, na escola.

Enfim, a cultura simbólica fica em constante movimento, sendo produzida e reinterpretada por seus sujeitos, reforçando a importância na interação na infância como fenômeno social com características e funções próprias.

RELAÇÃO ESPAÇO X TEMPO

A relação espaço x tempo precisa ser entendida como algo que se estabelece conforme as condições que aquele local e o momento em que acontecem lhes possibilitam. Isso porque os cidadãos não devem pensar numa infância única, sem modificações. A criança que vivenciou esta fase há 10 anos, por exemplo, não é a

mesma que esta vivendo sua infância nesse nos dias de hoje. O mundo está em constante movimento, assim como a infância de uma criança.

O local que percorria quando caminhava até minha escola é o mesmo e existe até hoje, porém se percorrer com meu filho este mesmo trajeto hoje, certamente ela trará características e novos olhares que eu jamais tenha pensado enquanto criança. Assim como, brincadeiras e criações que a nosso ver eram super convidativas para ele já não desperta o mesmo interesse. É preciso existir essa consciência e respeito que cada indivíduo nasce, cresce, se desenvolve, reproduz e morre num diferente tempo e num diferente espaço e que essas diferenças farão parte da sua formação como sujeito singular em todo o seu meio social.

Contudo, é inevitável pensar que dentro do fator espaço x tempo existem as instituições que ofertam os serviços educacionais e que por sua vez precisam atender as normas e diretrizes dispostas nas leis de diretrizes e bases da educação. Para isso, a seguir analisaremos o que diz este documento quanto à oferta de educação infantil e como se dá na íntegra essa educação para os pequenos cidadãos brasileiros.

CAPÍTULO 2

ANALISANDO OS DIREITOS E DEVERES DA CRIANÇA

2.1: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN) E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI): OS DIREITOS E DEVERES DA CRIANÇA

A educação básica brasileira está pautada nas normas estabelecidas na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que foi criada no ano de 1996 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Cerca de 14 anos após sua promulgação, o Ministério da Educação cria as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI) que visa ser utilizado como mais um documento de apoio as instituições educacionais e que atualizou alguns pontos dispostos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998).

Analisarei a seguir alguns importantes pontos dispostos nestes documentos no que diz respeito à educação infantil, ou seja, como deveria realmente se acontecer a educação infantil, que passa a contemplar crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade, no Brasil obedecendo ao que diz a lei e as diretrizes, compreendendo o período de no mínimo 4 horas diárias. Vale ressaltar que o antigo documento (RCNEI) estabelecia que a faixa etária a ser atendida na educação infantil compreendia crianças na faixa etária de 0 aos 6 anos de idade, enquanto o DCNEI institui que a partir dos 6 anos de idade a criança já deve iniciar sua vida estudantil no primeiro ano do ensino fundamental.

A educação infantil passa a partir da criação da LDBEN ser obrigação do Estado e da família e direito da criança e deve ser ofertada de forma gratuita e pública e de qualidade sem qualquer tipo de seleção e/ou exclusão. Dessa forma, a LDBEN normatiza:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDBEN, 1996).

Ponderando o que diz o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, 1990) sobre a responsabilidade da educação para as crianças brasileiras, observamos no artigo quarto do título I que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (EAC, 1990).

Com isso, é possível afirmar que todas as instituições escolares devem promover aos alunos uma educação igualitária, e que proporcione aos alunos experimentar sua autonomia e gradativamente construir sua identidade singular. Podemos encontrar nas diretrizes curriculares nacionais da educação infantil (2009) a definição de criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2009).

É possível então observar a importância da autonomia da criança no espaço escolar. Ela precisa se sentir livre para explorar toda sua imaginação utilizando todos os recursos que a escola deve oferecer. Para que isto efetivamente ocorra é preciso que a escola enxergue o aluno como sujeito único, com as mais diferentes experiências culturais que existe em nosso país.

Nesse cenário de escola ideal buscando o melhor desenvolvimento da criança devemos destacar a importância da colaboração de toda comunidade que cerca os alunos e que unidas busquem promover esse sucesso escolar. Essa união deve acontecer efetivamente de forma que a escola abra seu espaço para que toda a comunidade envolvida participe ativamente de todo o planejamento escolar, incluindo os momentos de (re) construção das atividades em geral ali desenvolvidas, assim como concepções e atribuições destas no âmbito escolar.

Para isso, o Ministério da Educação criou em 2009 um documento que estabelece Indicadores de Qualidade na Educação Infantil que visa justamente promover a participação ativa no planejamento das tarefas a serem propostas. Esse documento propõe a análise em coletivo dos assuntos relativos à escola e que ao final possam pensar nos pontos mais críticos que devem ser observados e tratados imediatamente e aqueles que na medida do possível estão dentro do aceitável para que se possa oferecer na íntegra uma educação de qualidade para as crianças daquele meio.

Todo este trabalho de planejamento participativo almeja a construção da criação de uma instituição escolar que busque realmente a emancipação de seus alunos, considerando um fator de alto nível de dificuldade: a diferença. A seguir analisarei o é que efetivamente essa subjetividade que cada criança carrega e como os educadores devem lidar com esse tipo de situação a fim de zelar pelo respeito mútuo entre seus educandos, para isso trazendo as contribuições teóricas de Jonh Locke, Platão, Paulo Freire, entre outros.

2.2: A SUBJETIVIDADE DAS CRIANÇAS E SUAS EXPERIÊNCIAS

Há diversos teóricos que defendem que o ser humano já traz consigo, desde o início da sua existência algum conhecimento. O filósofo inglês John Locke defende que o ser humano nasce como uma tabula rasa e que sua vivência vai transformando-o de acordo com o ambiente no qual está inserido. Já Platão e outros estudiosos racionalistas como Descartes, Espinoza e Leibniz entendem que o conhecimento está presente desde o nascimento do ser humano.

Esta segunda linha de pensamento faz bastante sentido ao pensar em cada criança como um indivíduo único, singular. O convívio deste indivíduo em sua comunidade fará com que ele naturalmente agregue comportamentos, defesas, hábitos e culturas desta. Assim como o seu amigo da escola também trará suas concepções de mundo para dentro da escola. Esta singularidade precisa estar bem clara para todos na escola, principalmente aos educadores que permanecerão a maior parte do tempo com os alunos.

Um dos papéis do educador na escola é justamente promover esse respeito mútuo em sua sala de aula. Naturalmente, pode haver conflitos entre os colegas dentro de sala de aula devido à esta mistificação cultural e este deve ser trabalhado pelos professores a fim de estabelecer esse respeito e humanidade que é imprescindível,

principalmente no ambiente escolar. Uma boa solução para lidar com situações de conflito seria o envolvimento dos alunos em projetos que trabalhem justamente essa questão da diversidade cultural, o que seus amigos comem, onde moram, o que eles fazem nos momentos de lazer, etc. A partir daí certamente surgiriam experiências que seriam trocadas, havendo uma estimulação e curiosidade por parte dos demais de conhecer o diferente e experimentá-los, promovendo a maior interação e respeito entre todos.

Logo, com base nesta linha de pensamento é possível afirmar que a criança ao dar entrada na escola não é como uma tabula rasa que será moldada conforme os interesses da escola, considerando que desde o seu nascimento foi criada de acordo com os hábitos e crenças da sua comunidade.

Ou seja, a criança já entra na escola com conhecimentos e experiências que devem ser plenamente relevadas pela instituição. A aprendizagem acontecerá de qualquer forma, seja qual for a singularidade do indivíduo – claro que sempre no tempo da criança pois cada sujeito é um sujeito. O processo de aprendizagem tende ser muito rico nesse ambiente de pura multiculturalidade, tendo em vista que esse convívio fará com que inúmeras trocas aconteçam, e não só entre alunos, mas entre professores e alunos também. Desse modo, a concepção de inatismo se opõe a ideia de tabula rasa, visto que a criança desde o seu nascimento aperfeiçoa os conteúdos mentais, físicos e psicológicos que são desenvolvidos a partir do dia que nascem, enquanto o empirismo defende que os indivíduos nascem sem qualquer conhecimento e serão adquiridos a partir da sua própria experiência.

Ainda há quem acredite que somente o professor detém o poder e que o fato do aluno estar inserido numa sala de aula é tão e somente para receber informações e conceitos previamente definidos, sem qualquer possibilidade de questionamentos, ou seja, conforme o educador Paulo Freire, somente o professor pode “depositar” o conhecimento para os alunos, como se fossem sujeitos “em branco” e é claro naturalmente direcionando o aluno para o desinteresse e fracasso escolar.

É possível dessa forma afirmar que as instituições escolares assim como a família tem grande responsabilidade nesse processo, principalmente no caso dessas crianças especificamente que estão iniciando sua vida escolar e partir desse momento absolutamente tudo é novo no seu mundo.

CAPÍTULO 3

ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA AO ESPAÇO NOVO E AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NELE

3.1: A INSERÇÃO DA CRIANÇA NA CRECHE

É comum ouvir falar no processo de inserção das crianças durante a educação infantil. A partir disso algumas questões surgem sobre os mais diversos questionamentos sobre o que as escolas têm feito e mudado ao longo dos anos buscando alguma melhora, a relação da criança com a sua família, ou seja, com aquela pessoa de referência que está ali nos primeiros momentos para transmitir mais segurança, o espaço real disponível para as crianças explorarem, real no sentido de que espaços de passagem, como corredores e escadas não podem ser considerados como tal, assim como o espaço aberto para que as crianças tenham livre acesso com o meio ambiente e possam conhecê-lo aos poucos. Mas, será que as escolas estão realmente preparadas para receber esses alunos? Como acontece a inserção dessas crianças e sua relação com a família?

As escolas tem se planejado melhor para o recebimento da criança nessa fase de inserção, isso porque abrem espaços para pensar estratégias e soluções de trabalho não só com os seus profissionais da educação, mas sim com todos aqueles que com ela estão envolvidos, ou seja, os responsáveis. Até mesmo pelo fato de conscientizá-los que a educação sempre será uma responsabilidade da escola em conjunto com a família, visto que se dissociadas não surtirão a mesma qualidade que se pensadas e agidas no coletivo.

Sabemos que no cenário atual com toda correria do dia a dia essa participação se torna quase impossível, pois os responsáveis têm milhares de compromissos a cumprir ao longo do dia, até mesmo para que seu filho possa permanecer naquela instituição de ensino.

De acordo com os pressupostos de Tiriba (2010): “Numa sociedade em que o trabalho passa a ocupar um tempo muito maior na vida das pessoas, as interações entre adultos e crianças perdem em tempo e qualidade.”. Para tentar evitar esse

distanciamento entre pais e filhos deve haver um constante esforço por parte destes para que esse momento tão importante na vida da criança não passe despercebido.

Além, disso, esta participação ativa dos pais durante a elaboração do trabalho que será desenvolvido na escola tende a levá-los a descobrir a importância do trabalho e do respeito para com a escola como um todo. Essa consciência será muito útil no momento da entrada da criança na escola, pois os pais serão constantemente orientados nesse período e se essas pessoas de referência da criança mostrarem a elas que aquele é um local de confiança, a criança tende a aceitar o espaço novo de maneira mais convidativa.

Este espaço aos olhos da criança, apesar de gradativamente ir se integrando ao seu cotidiano, precisa despertar a atração da criança. E como fazê-lo? De acordo com Campos e Rosemberg (2009) através do documento: Critérios para um Atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças, que estabelece alguns parâmetros para nortear as instituições sobre esta questão. Um desses parâmetros define exatamente como deve se dar esse processo de adaptação da criança à creche, ressaltando inclusive sobre o direito da criança de ter o acompanhamento de um de seus responsáveis na creche durante este período. Além de sugerir que todas estas crianças devem receber uma atenção exclusiva, sendo ouvida e respeitada a todo o momento, sentindo-se protegida e amparada naquele onde até então é um novo lugar para ela. A partir daí, percebendo que há outras crianças ao seu redor, criando laços de afetividade com elas e aos poucos se adaptando e podendo se desligar da presença dos responsáveis enquanto permanecem na creche.

Após esse contato inicial e de todo estranhamento da efetiva inserção da criança na escola, como família e escola devem agir para que a criança veja realmente o novo espaço escola como uma extensão de seu lar?

3.2: O ACOLHIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DA FAMÍLIA

Como visto no tópico acima o processo de inserção das crianças na escola é algo muitas vezes bem complexo e que deve ser tratado com todo cuidado tanto pela escola quanto pela família, por se entender responsabilidade de ambos. Após a adaptação

inicial da criança no ambiente escolar ela começa a perceber que aquele local será um lugar frequente que fará parte do seu cotidiano dali em diante, fato que pode acarretar grande impacto na cabeça da criança.

Por esse motivo, é muito importante que a criança perceba que aquele local lhe traz conforto, carinho, amor. Para Barbosa (2009): “Os serem humanos, grandes ou pequenos, necessitam de um ambiente acolhedor, tranquilo, belo, alegre e promotor do prazer de viver em comunidade.”. A criança precisa se sentir acolhida verdadeiramente por todos que fazem parte da instituição onde está sendo inserido, o que deve ser feito individualmente, criança a criança, desde o momento da chegada e consequente separação dos responsáveis até o momento da saída, para então se permitir aprender e conhecer o novo.

De acordo com Luckesi (2005):

O princípio organizativo atua na medida em que ele, pelo acolhimento e pelo confronto, nos coloca limites e, então, vamos transitando da nossa condição egocêntrica inicial (tudo é para nós) para uma posição sociocêntrica (onde nós e os outros temos direitos e deveres na dinâmica da vida individual e coletiva), chegando até mesmo à uma experiência amorosa, onde o que norteia nossas ações é o serviço a nós mesmos e aos outros, uma experiência a serviço da vida. Nós, seres humanos, aprendemos e nos desenvolvemos, porque somos ensinados, espontânea ou intencionalmente, através do processo de acolhimento-confronto (LUCKESI, 2005, p.5).

Ou seja, esse acolhimento não deve ser feito somente pelo professor, mas sim por todos aqueles que compõem o corpo da escola, nas palavras de Luckesi, o “entorno” do ser humano contribui para que o sujeito ganhe sua forma, principalmente pelo fato da criança ainda não ter a menor capacidade de distinguir quem é quem naquele lugar onde absolutamente tudo é novo.

Além dessa acolhida por parte da escola, Luckesi ressalta ainda que a família tem também um papel fundamental ao longo desse processo, afinal é com ela que a criança passa a maior parte do tempo. É importante que a família mostre para a criança que aquele local é confiável e seguro para ela, pois esta é seu maior porto seguro até então. Caso contrário, se os responsáveis não forem capazes de passar essa confiança, a criança se sentirá insegura e conseqüentemente o processo também será bem mais difícil. É nítido que, paralelo à isso é preciso que a escola também respeite e ofereça serviços que proporcione às crianças uma acolhida que conforte, que acalme. Para isso, retomando os parâmetros dispostos por Campos e Rosemberg (2009) que nos diz:

A política de creche reconhece que as crianças têm direito à um ambiente aconchegante, seguro e estimulante: Os prédios oferecem condições adequadas para o bem-estar e o conforto das crianças: insolação, iluminação, ventilação, sonorização, esgoto e água potável; Os ambientes das creches são adequados às funções de educar e cuidar das crianças pequenas; As creches dispõem de espaços externos sombreados, sem entulhos, lixo, ou outras situações que ofereçam perigo às crianças (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009, p.35).

Dentre outros importantes parâmetros, esses são alguns que definem como deve ser esse espaço físico, que analisaremos a seguir detalhadamente como deve se construir a fim de facilitar o desenvolvimento cognitivo da criança como um todo.

3.3 OS ESPAÇOS DA CRIANÇA NA CRECHE

Ao longo da pesquisa apresentada até o momento foi possível perceber o quão difícil se dá o processo de inserção das crianças nas instituições escolares e a importância do recebimento desta em paralelo com as relações interpessoais que são criadas dentro desse espaço.

Neste local, um dos espaços onde a criança frequentará por bastante tempo será a sala de aula onde será desenvolvido grande parte do planejamento pedagógico estabelecido pela escola, apesar, é claro, de também frequentar diferentes espaços fora de sala de aula. Todos estes espaços, sejam internos ou externos à sala de aula, devem possuir materiais e mecanismos adequados que possibilitem às crianças perceberem que aquele é o seu espaço, lugar onde podem se reunir com os amigos, brincar, pensar, e explorar tudo aquilo que puder. Nesse sentido, a professora e pesquisadora Léa Tiriba (2010) defende que:

Só uma pedagogia que respeite as vontades do corpo poderá manter vivo o encantamento infantil, pois o livre movimento dos corpos está na origem deste encantamento, possibilitando a exploração e a indagação sobre os fenômenos. Ao brincar na terra, construir castelos

de areia, fantasiar segredos da floresta encantada de seus sonhos, ao imaginar enredos em que se transmutam em animais e vice-versa, as crianças vão construindo sentidos sobre a sociedade e sobre a natureza (TIRIBA, 2010, p. 5).

A creche tem o dever de pensar e criar diferentes possibilidades para que a criança explore todo o seu potencial motor, cognitivo e imaginativo, se sentindo liberta para criar e descobrir tudo aquilo que puder, em conjunto com os seus amigos. Essa autonomia oferecida é o que irá moldando e fixando a singularidade de cada sujeito ali presente, pois são nesses momentos que expressarão abertamente todos os seus genuínos desejos, expressões e reações como um todo. Nesse momento, é imprescindível a presença do educador para intervir sempre que preciso e mediar a construção do conhecimento.

Para que a escola seja um espaço de interesse da criança é preciso haver total disponibilidade do professor para com os alunos. O professor deve ter o cuidado e atenção de olhar e ouvir cada criança, visto que cada uma possui uma necessidade especial e diferenciada dos demais. A ausência deste desempenho do professor poderá causar grandes danos no desenvolvimento cognitivo da criança e na adaptação da mesma no novo espaço escola.

E mais, o professor precisa propor atividades que instiguem a curiosidade e interesse da criança, e sempre que possível terminar a aula justamente no momento em que a criança estiver querendo mais e mais, para que ela perceba que aquele realmente é um lugar agradável e tenha vontade de voltar no dia seguinte pela sua própria vontade.

CAPÍTULO 4

A AUTONOMIA DA CRIANÇA NO ESPAÇO CRECHE

4.1: A ROTINA DA CRIANÇA NA CRECHE

Cada instituição escolar adota uma determinada rotinização do cotidiano como forma de organização e controle daqueles que a frequentam. Essa questão da necessidade de uma rotina também dentro da educação infantil foi abordada por diversos grandes nomes da educação durante o movimento da Escola Nova.

Nessa linha de pensamento, Rousseau (1992) conhecido como “pai da educação livre” defende que desde o seu nascimento o ser humano já começa a instituir sua educação que se desenvolve conforme a necessidade dos hábitos, contudo ressalta que a rotina não deve ser engessada com horas pré-determinadas para brincar, comer e dormir, por exemplo. Para Rousseau, a educação deveria ser livre de castigos: “A criança descobrirá, por ensaio e erro, o caminho para o bem; a infância é um período de ensaio do homem” (ROUSSEAU apud RIZZO, 2006, p. 27).

Acredito que o pensamento de Rousseau tem sim bastante fundamento, tendo em vista que a criança precisa se sentir livre para desenvolver suas atividades no seu momento. Claro que, é necessário que exista certo controle dentro da instituição com relação à organização do tempo para com as tarefas que precisam ser realizadas, contudo é imprescindível que todos saibam respeitar a subjetividade de cada ser que ali se encontra para que eles comecem a perceber que todas as tarefas (brincar, comer, dormir, correr, etc) podem e devem ser realizadas, mas que tem autonomia suficiente para que possam realizá-las ao seu tempo, sem discriminações ou cobranças. Sem contar que, permitindo que assim seja a probabilidade da criança realizar a ação no seu tempo

tende a tornar aquele movimento muito mais significativo para ela, já que será realizado de forma espontânea e não obrigatória.

Fazendo um contraponto com o ideal de liberdade, autonomia defendida por Jean Jacques Rousseau, o educador Pestalozzi mostra que possui uma visão um tanto mais rigorosa com relação necessidade da estabelecer rotinas dentro do cotidiano no âmbito da educação infantil, defendendo que as crianças são nas palavras de Barbosa (2006): “Como seres de impulsos, que não tem consciência de suas ações e nem vontade livre. Para dominar tais instintos, são necessárias regras, como por exemplo, atender a criança de um modo sempre igual, observando tanto quanto possível as mesmas normas”.

Entendo que é preciso sim existir apenas uma regra para todos, como forma de organização, mas esta normatização deve levar em consideração as necessidades de cada criança para que, conforme citado anteriormente, o aprendizado aconteça de maneira verdadeiramente significativa para as crianças no ambiente escolar e que a partir dessa aprendizagem sejam capazes de disseminar esse conhecimento a todos ao seu redor para o resto de suas vidas. O saber precisa agradar, de fato precisa fazer sorrir cada coraçãozinho ali inserido.

4.2: O “FALSO” ESPAÇO DA CRIANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR

Como vimos no tópico anterior, determinar um planejamento, uma rotina para o cotidiano na vida escolar é necessário para que as crianças possam gradativamente realizar todas as propostas, respeitando o espaço e o tempo de cada uma delas. Neste espaço novo a criança está cercada de coisas novas e sua vontade de explorar todos os espaços cresce cada vez mais. A escola precisa dispor de espaços lúdicos para que a criança possa extravazar suas energias e desenvolver seus aspectos físicos, motores, mentais e cognitivos. Contudo, deve-se saber exatamente como estes espaços devem aparecer.

Há um conceituado estudioso do assunto, chamado Marc Augé que traz uma importante concepção acerca desse assunto. Augé defende que a instituição não deve tomar os chamados “espaços de passagem” como espaços de aprendizagem. Espaços de passagem seriam, no âmbito escolar, corredores, escadas ou qualquer outro espaço onde não fosse possível a criança explorá-lo verdadeiramente.

A escola tem o papel de ofertar muito além de uma simples sala de aula, mesmo que essa possua os mais avançados recursos tecnológicos disponíveis para as crianças. A escola precisa oferecer espaços externos à este onde as crianças sejam livres para correr, brincar, descansar e também, um momento de muita importância que é descobrir a natureza, em todas as suas possibilidades. Possam sentir o vento, o verde, os frutos, os animais e tudo mais que ela puder oferecer.

Destaco então, as palavras de Tiriba (2010) ressaltando os três apontamentos que almejam um projeto pedagógico comprometido com a preservação da vida:

“... a) religar as crianças com a natureza; b) reinventar os caminhos de conhecer; c) dizer não ao consumismo e ao desperdício. O primeiro nos convida a um olhar de admiração, desfrute, reverência e respeito à natureza, como fonte primeira e fundamental à reprodução da vida. O segundo objetivo nos convoca a rejeitar práticas pedagógicas que propõem um conhecimento intelectual e descritivo do mundo natural, entendendo-o como “objeto de estudo”, domínio de explorações humanas. O terceiro questiona e combate as práticas consumistas, abrindo espaços e incentivando trocas humanas em que as referências são os seres vivos, não os objetos” (TIRIBA, 2010).

A autora então defende a necessidade da escola pensar sua rotina, investindo no total contato da criança com a natureza, com as possibilidades de descobrir o mundo da sua própria maneira, sem estipular aquilo que é certo ou errado e ainda mostrar às crianças desde cedo o verdadeiro sentido do mundo que é a valorização da vida e não daquilo que o dinheiro é capaz de comprar.

4.3: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Como vimos até aqui, a escola deve ser um espaço onde a criança se sinta bem e tenha prazer em estar ali. Vimos também que existem diversos fatores que contribuem tanto positiva e quanto negativamente para que esse processo aconteça. Um importante fator que deve ser considerado para o sucesso desse momento na vida da criança, da escola e da família como um todo, e que não poderia ser deixado de lado neste trabalho é a organização espacial desse novo espaço.

A escola deve dispor todo o seu interior pensando exclusivamente na criança e não nos interesses dos adultos e naquilo que acham que os responsáveis tomarão como bonito e perfeito. O ambiente escolar deve ser tomado pela exploração das crianças e pela exibição de suas próprias produções, que não devem nunca ser impostas pelo

educador, apenas mediadas para que a criança seja capaz de tecer algum conhecimento. Assim como o espaço físico em si precisa proporcionar que a criança faça no coletivo suas descobertas singulares, tendo acesso a todos os materiais.

Para estudar esse conceito no âmbito da educação infantil destaco as concepções defendidas por Rocha (2011):

As crianças vivenciam o mundo a partir dos espaços, que são fruto de uma construção histórica. Vivem o espaço de maneira intensa com uma infinidade de possibilidades, criando formas outras de superar o controle, a negação que muitas vezes sobre elas é imposta. Essa experiência é sempre mediada, num processo de humanização que se estabelece na interface entre o individual e o coletivo, entre a história filogenética e a sociogênese.

Para Rocha (2011), todas as crianças devem se sentir livre para explorar, de sua forma, o seu espaço que lhes parece sempre tão convidativo e ao mesmo tempo cheios de mistérios a serem descobertos e vividos, capazes de criar espacialidades próprias e principalmente, repartir com o Outro, afinal nas palavras de Joseph Joubert: Ensinar é aprender duas vezes!

Enquanto isso, o papel do educador seria propor, perfeitamente pensado por Barbosa (2009):

A organização do trabalho pedagógico envolve desde a forma de projetar e mediar o relacionamento entre os profissionais – docentes e não docentes – e os pais ou familiares, o planejamento, o espaço e o tempo, as rotinas e o brincar até as estratégias pedagógicas que permitam aos professores acompanharem todas as etapas do cotidiano na educação infantil.

Dessa maneira as práticas pedagógicas seriam repensadas e alteradas, permitindo que as crianças sejam autoras de suas rotinas, de seus espaços e de seus desejos, dentro do seu tempo, fortalecendo o ideal de autonomia que tanto prezamos para uma educação construtiva formadora de um cidadão consciente, pensante e crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar as concepções de diferentes pensadores sobre o assunto que, pedindo licença a Lopes e Vasconcellos (2006), seria a chamada Geografia da Infância, ou seja, a necessidade e capacidade da criança de superar o difícil momento de inserção na educação e como devem se portar escola e família perante este mundo novo.

Como podemos perceber ao longo do trabalho, trata-se de um momento novo para todos, por isso é preciso haver uma intensa relação de confiança e respeito entre ambas às partes (família e escola) para que juntas construam uma forma de fazer a criança perceber que aquela nova rotina é prazerosa. Para que essa rotina se faça realmente prazerosa, é preciso que a instituição esteja preparada e realmente disposta a conhecer individualmente cada criança e que principalmente respeite o tempo e o espaço que cada uma delas precisa para executar determinada tarefa e que nada deve ser engessado e pensado de forma padronizada para todos, já que cada criança deve ser tratada como ser único.

Tento assim, integrar esse difícil momento de entrada da criança no espaço escolar, sua adaptação nesse espaço novo e a formação de um indivíduo único, cheio de singularidades. Para isso, realizei diversas pesquisas bibliográficas e tentei trazer conceitos importantes de estudiosos do assunto.

Claro que, não foi possível nestas poucas páginas definir aquilo que é certo ou errado neste mundo tão grandioso que é a pedagogia na educação infantil, mas assim como muitos outros trabalhos, busquei analisar os pontos fundamentais e trazer alguma contribuição para quem sabe um futuro trabalho que possivelmente incluirá também destaques do âmbito etnográfico que infelizmente não foi possível contribuir neste momento.

Dessa forma, vou finalizando na esperança de que os novos professores que assim como eu estão entrando no mercado de trabalho tenham, apesar de todas as dificuldades que conhecemos o princípio e o querer de ofertar uma educação transformadora de verdade, pois professor não é aquele que entra em sala de aula para mostrar os seus saberes, mas sim aquele que está disposto a trocar conhecimento, a ouvir, a sentar, conversar, sorrir, brincar e a “re-ouvir”, “re-sentar”, “re-conversar”, “re-sorrir”, “re-brincar” e todos os outros “RE’s” que houver...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, N.; GARCIA, R. L.** (Orgs.) O Sentido da Escola. Petrópolis: DP et Alii, 2008.
- BARBOSA, M. C. S.** Rotinas na Educação Infantil. São Paulo: Artmed, 2006.
- BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S.** Manual de Educação Infantil. De 0 a 3 anos Uma abordagem reflexiva. Porto Alegre, 1998.
- BONDIOLI, A.** (Org.). O Tempo no Cotidiano Infantil: Perspectivas de Pesquisa e Estudo de Casos. São Paulo: Cortez, 2004.
- CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.** Critérios para um bom atendimento em creches que respeite os direitos das crianças. Brasília, 1997.
- CORSINO, P.** (Org.). Educação Infantil: Cotidiano e Políticas. Campinas: Autores Associados, 2009.
- CORSARO, W. A.** Sociologia da Infância. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DCNEI.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009).
- FREIRE, P.** Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, P.** Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GUIMARÃES, D.** Educação Infantil: espaços e experiências. São Paulo, Autores Associados, 2009.
- LDBEN.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- LOPES, J. J. M.; VASCONCELLOS, T.** Geografia da Infância: Territorialidades Infantis. Currículo sem Fronteiras, v. 6, nº 1, jan/jun. p. 103-127, 2006.
- LOPES, J. J. M.; MELLO, M. B.** (Orgs). O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas - dialogando com lógicas infantis. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.
- LOPES, J. J. M.** Geografia da Infância: Contribuições aos Estudos das Crianças e suas Infâncias. Revista Educação Pública, v. 22, nº49/1, maio/ago, Cuiabá, 2013.

MARCONDES, M. I., TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. (Orgs.) Metodologias e técnicas de pesquisa em educação. Belém: EDUEPA, 2010.

MULLER, F.; CARVALHO, A. M. A. Brincadeira Reinventada. Revista Educação Infantil. nº 6, jul/ago/set. São Paulo: Editora Segmento, 2013.

NASCIMENTO, M. L. B. P. A Infância como Fenômeno Social. Revista Educação (Edição Especial Educação) – Cultura e Sociologia da Infância. A Criança em Foco. Editora Segmento. 2012.

NUNES, M. F. R.; CORSINO, P.; DIDONET, V. Educação infantil o Brasil: primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

PROUT, A. Reconsiderando a Nova Sociologia da Infância. Cadernos de Pesquisa, v.40, nº 141, p.729-750, set./dez. 2010.

RIZZO, G. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

ROCHA, L. K. S. Crianças, infâncias e espaços: Conhecendo suas culturas e suas geografias. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação UFF. Niterói, 2011.

TEDESCHI, M. Pedagogia do Contexto (Entrevista). Revista Educação Infantil. nº 6, jul/ago/set. São Paulo: Editora Segmento, 2013.

TIRIBA, L. Crianças da Natureza. I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, 2010.

VIEIRA, E. A reorganização do espaço da sala de educação infantil: uma experiência concreta à luz da Teoria Histórico-Cultural, São Paulo: Marília, 2009.

VOLDMAN, L. Metodologias e Técnicas de pesquisa em educação. In: MARCONDES, M. I., TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. (Orgs.) Metodologias e técnicas de pesquisa em educação. Belém: EDUEPA, 2010.

SITES

http://www.luckesi.com.br/textos/abc_educatio/abceducatio_50_o_educador_quem_e_ele.pdf - Acesso em 22/09/2013.

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf - Acesso em 22/09/2013.

<http://pt.wikipedia.org> – Acesso em 22/09/2013.